DECRETO N.º 9.078, DE 5 DE MAIO DE 2025.

Declara situação de Emergência em Saúde Pública em razão da necessidade de ações para o enfrentamento da Síndrome Respiratória Aguda Grave – SRAG.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAI, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo artigo 141, inciso II, alínea “e”, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS n.º 6.495 de 31 de dezembro de 2024, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS n.º 6, de 28 de setembro de 2017, para regulamentar o incremento financeiro de que trata o art. 8º, inciso II, no caso de custeio para preparação e resposta a emergências em saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS n.º 3.556, de 18 de abril de 2024 que institui, de forma excepcional e temporária, um incentivo financeiro de custeio voltado ao atendimento de crianças com Síndrome Respiratória Aguda Grave – SRAG –, no âmbito da Atenção Especializada do SUS;

CONSIDERANDO a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 5.097, de 6 de fevereiro de 2025, que aprova diretrizes do projeto de caráter transitório para enfrentamento da Síndrome Respiratória Aguda Grave –SRAG – em Pediatria, para o exercício de 2025;

CONSIDERANDO a circulação dos vírus respiratórios no Município causadores de SRAG, pneumonias, bronquiolites, dentre outras;

CONSIDERANDO a sazonalidade, caracterizada pela redução das temperaturas médias e dos índices pluviométricos, com baixa umidade do ar;

CONSIDERANDO a circulação simultânea de vários vírus, dentre eles, rinovírus, vírus sincicial respiratório e influenza A, que estão em circulação e apresentam maior positividade e gravidade;

CONSIDERANDO o aumento significativo do número de casos de SRAG, a partir da semana epidemiológica n.º 13 de 2025, que sobrecarrega e gera grande impacto nas taxas de ocupação dos leitos pediátricos, incluindo enfermarias e Centros de Terapia Intensiva – CTI –,

(Fls. 2 do Decreto n.º 9.078, de 5/5/2025)

acarretando necessidade de abertura de novos leitos para adequar-se à crescente demanda assistencial; e

CONSIDERANDO o manejo dos casos graves de SRAG com necessidade de suporte ventilatório e leitos em unidades de terapia intensiva, que neste momento extrapola a capacidade operacional da rede de assistência à saúde, aumentando o risco de desassistência de casos graves e óbitos,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal caracterizada como **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA** em Saúde Pública no Município de Unaí, devido à grande pressão de demanda em toda a rede de saúde ambulatorial e hospitalar ocasionada pelo aumento significativo e abrupto do número de casos de SRAG, nas unidades assistenciais de saúde.

Art. 2º Caberá à Secretaria Municipal de Saúde instituir diretrizes gerais para a execução das medidas de enfrentamento à situação de emergência em Saúde Pública, podendo, no âmbito de sua competência, editar normas complementares para a fiel execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam autorizadas as seguintes medidas:

I – dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência, nos termos do inciso VIII do art. 75 da Lei federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – contratação de profissionais para o Sistema Municipal de Saúde, por prazo determinado, nos termos da Lei n.º 11.175, de 25 de junho de 2019, inclusive dos que tenham contratos já vigentes cujo encerramento se dê a partir da publicação deste Decreto, sem necessidade de observância ao interstício mínimo de 30 (trinta) dias de que trata o § 1º do art. 9º da referida Lei;

III – ampliação da carga horária dos contratos administrativos vigentes, considerando as cargas horárias previstas em lei para os cargos da área da saúde, mediante ato simplificado de aditivo contratual com expressa concordância dos profissionais.

Art. 4º Enquanto persistir o estado de emergência em saúde pública, as unidades hospitalares que prestam serviços ao SUS deverão adotar medidas administrativas urgentes para priorizar a disponibilização de leitos clínicos de suporte ventilatório e de Unidade de Terapia Intensiva – UTI –, para os casos de SRAG.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde ficará responsável pela coordenação das ações e das atividades relacionadas aos serviços públicos voltados ao enfrentamento da emergência

(Fls. 3 do Decreto n.º 9.078, de 5/5/2025)

tratada neste Decreto e instituirá diretrizes gerais para a execução das medidas cabíveis para a contenção da SRAG, com foco no atendimento de crianças, idosos e outros perfis de vulnerabilidade, podendo expedir atos complementares necessários à execução de medidas urgentes e ao restabelecimento da capacidade de atendimento na rede pública de saúde.

Art. 6º A tramitação dos processos referentes a assuntos vinculados a este Decreto correrá em regime de urgência, com prioridade em todos os órgãos e entidades da Administração Pública municipal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado caso persista a situação de emergência.

Unaí, 5 de maio de 2025; 81º da Instalação do Município.

THIAGO MARTINS RODRIGUES
Prefeito